

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.775 - SP
(2019/0011533-0)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
ADVOGADO : MAURO VINÍCIUS SBRISSE TORTORELLI E OUTRO(S) - SP151716
ADVOGADA : ANA MARIA DELLA NINA ESPERANÇA - SP285535
AGRAVADO : MANOEL CONDE NETO
AGRAVADO : CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA VIEIRA CONDE
AGRAVADO : GIOVANA VIEIRA CONDE
ADVOGADOS : PHILIPPE ALEXANDRE TORRE E OUTRO(S) - SP191039
CAIO VELLOSO GOVONI PENHA DE CARVALHO - SP359025
INTERES. : QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
ADVOGADO : RENATA SOUSA DE CASTRO VITA E OUTRO(S) - BA024308

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 586/589) interposto contra decisão monocrática desta relatoria que negou provimento ao recurso da parte ora agravada.

No presente recurso, a agravante argumenta que, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a rescisão imotivada do plano de saúde coletivo é indevida apenas durante o tratamento médico da parte beneficiária, devendo seu recurso especial ser parcialmente provido a fim de permitir a negativa de renovação após o fim do procedimento.

Ao final, requer o provimento do agravo (e-STJ fl. 588).

A parte ora recorrida, intimada, não apresentou impugnação (e-STJ fl. 592).

É o relatório.

Decido.

Em virtude das razões de fls. 587/588 (e-STJ), apresentadas pela agravante, reconsidero a decisão de fls. 566/568 (e-STJ) e passo a novo exame do recurso.

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial sob fundamento de incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ.

O acórdão recorrido apresenta a seguinte ementa (e-STJ fl. 489):

LEGITIMIDADE DA INTERMEDIADORA - Desacolhimento - Rescisão decretada a pedido da seguradora - Preliminar rejeitada. PLANO DE SAÚDE COLETIVO - Rescisão unilateral - Procedência do pedido Inconformismo - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Rescisão unilateral imotivada considerada abusiva - Ofensa à boa-fé objetiva - Violação do art. 60, caput, e do art. 196 da Constituição Federal - Inteligência do art. 51, incs. IV e XV. do Código de Defesa do Consumidor - Ausência de comprovação da disponibilização de plano individual ou familiar para a continuidade do contrato por parte da requerida - Observância da Resolução Normativa n. 19 do CONSU - Valor do prêmio do seguro que deve observar as regras então vigentes - Sentença mantida - Recurso desprovido. Preliminar rejeitada e recurso

desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 526/528).

Sobreveio o recurso especial (e-STJ fls. 503/512), fundado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, no qual a parte recorrente sustentou, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 13 da Lei n. 9.656/1998, argumentando, em síntese, que, no caso, seria lícita a negativa de renovação do plano de saúde coletivo.

No agravo (e-STJ fls. 538/549), afirma a presença dos requisitos de admissibilidade do recurso especial.

O Tribunal de origem entendeu que a perda da condição de beneficiário não poderia ocorrer de forma imotivada, devendo haver, no caso, a manutenção do beneficiário no convênio, pois está em tratamento de doença grave (câncer), além de não ter havido oferta de convênio individual ao beneficiário (e-STJ fls. 490/499).

O entendimento da Corte local não destoa da jurisprudência do STJ, segundo a qual a rescisão unilateral de convênios coletivos de saúde está condicionada a motivação idônea, além de não incidir quando interromper tratamento de doenças do beneficiário. A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL E IMOTIVADA. EMPRESA COM MENOS DE TRINTA BENEFICIÁRIOS. FATO JURÍDICO RELEVANTE. ABUSIVIDADE CONFIGURADA. MOTIVAÇÃO. NECESSIDADE. VULNERABILIDADE RECONHECIDA. PRECEDENTES. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DOMINANTE DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. É válida a cláusula que prevê rescisão unilateral de contrato de plano de saúde coletivo empresarial com menos de trinta beneficiários, condicionada a motivação idônea. Precedentes.

3. Não se pode admitir a rescisão do contrato de saúde por iniciativa exclusiva da operadora, sem motivação, e que venha a interromper tratamento de doenças e ceifar o pleno restabelecimento da saúde do beneficiário enfermo.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1.760.967/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 15/4/2019, DJe 22/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO COMINATÓRIA C/C COM PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Consoante a jurisprudência desta Corte, a legislação processual (art. 932 do CPC/15, c/c Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal. Ademais, a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade. Precedentes.

2. O aresto hostilizado está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual : "O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias" (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009). 2. "Nada obstante, no caso de usuário internado, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), dever-se-á aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença" (AgInt no AREsp 885.463/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 8/5/2017).

3. A Corte de origem, analisando as peculiaridades do caso concreto, concluiu estar caracterizada a hipótese de manutenção excepcional do contrato em razão da gravidade da moléstia que acomete o autor e por estar em pleno tratamento na rede credenciada da ré no momento da rescisão unilateral. Alterar tais premissas demandaria a rediscussão da matéria fático-probatória, providência inviável, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.293.497/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 5/4/2019.)

No caso, segundo o entendimento acima mencionado, o vínculo contratual deve permanecer enquanto a parte estiver sujeita ao tratamento médico. Sobre o tema:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESILIÇÃO UNILATERAL. REALIZAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE TRATAMENTO MÉDICO GARANTIDOR DA SOBREVIVÊNCIA OU A MANUTENÇÃO DA INCOLUMIDADE FÍSICA DO BENEFICIÁRIO. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte considera abusiva a rescisão contratual de plano de saúde, por parte da operadora, independentemente do regime de contratação (individual ou coletivo), durante o período em que a parte segurada esteja submetida a tratamento médico de emergência ou de urgência garantidor da sua sobrevivência e/ou incolumidade física, em observância ao que estabelece o art. 35-C da Lei n. 9.656/1998.

[...]

(AgInt no REsp 1.791.755/RS, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 3/10/2019.)

Ao final do procedimento, estando a parte beneficiada sem necessidade de nova cobertura, é possível, em tese, a rescisão do plano de saúde coletivo, nos termos da jurisprudência desta Corte, a qual não exige para tanto o oferecimento de migração do

beneficiário para convênio individual. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL COLETIVO. MANUTENÇÃO PROVISÓRIA DE EMPREGADA DEMITIDA SEM JUSTA CAUSA NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA. OBRIGAÇÃO DA OPERADORA DE DISPONIBILIZAR PLANO INDIVIDUAL APÓS O PERÍODO DE PERMANÊNCIA. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL QUANTO À UMA DAS OBRIGAÇÕES COMINATÓRIAS RECONHECIDAS NA ORIGEM. CABIMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM ARBITRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009).

2. Nada obstante, no caso de usuário internado, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), dever-se-á aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença.

3. Tal exegese coaduna-se, ademais, com o disposto no artigo 35-C da Lei 9.656/98, segundo a qual é obrigatória a cobertura do atendimento nos casos de emergência (como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente) ou de urgência (assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional).

4. Por outro lado, "a operadora de plano de saúde não pode ser obrigada a oferecer plano individual a ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa após o direito de permanência temporária no plano coletivo esgotar-se (art. 30 da Lei nº 9.656/1998), sobretudo se ela não disponibilizar no mercado esse tipo de plano", o que "não pode ser equiparado ao cancelamento do plano privado de assistência à saúde feito pelo próprio empregador, ocasião em que podem incidir os institutos da migração ou da portabilidade de carências" (REsp 1.592.278/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 07.06.2016, DJe 20.06.2016).

[...]

(AgInt no AREsp 885.463/DF, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, Relator p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 8/5/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. RESCISÃO UNILATERAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RESCISÃO UNILATERAL. PLANO COLETIVO POR ADESÃO. MIGRAÇÃO PARA INDIVIDUAL. IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DE A OPERADORA NÃO COMERCIALIZAR PLANO INDIVIDUAL OU FAMILIAR. REVISÃO DA CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISPOSITIVOS DO ESTATUTO DO IDOSO. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1.151.300/DF, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 13/3/2018.)

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão monocrática de fls. 566/568 (e-STJ) a fim de CONHECER do AGRAVO e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso especial, para determinar a manutenção do plano de saúde durante o período em que a parte segurada esteja submetida a tratamento médico, nos termos da jurisprudência do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímese.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator